



## **ACESSO DE ALUNOS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS ATRAVÉS DO SISTEMA DE COTAS**

**Maria das Vitórias do Nascimento** – [vitoriaeng@yahoo.com.br](mailto:vitoriaeng@yahoo.com.br)

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Bolsista CAPES do mestrado de Engenharia Civil e Ambiental

Endereço: Rua Antônio Alves de Lima, 258 - CEP:58.403-350 – Campina Grande – Paraíba

**Rosires Catão Curi** – [rosirescuri@yahoo.com.br](mailto:rosirescuri@yahoo.com.br)

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental

Endereço: Rua Aprígio Veloso, 882 - CEP: 58.100-000– Campina Grande – Paraíba

**Resumo:** *O sistema de cotas é a reserva de vagas para grupos étnicos da população nas universidades públicas brasileiras. Este sistema é alvo de críticas por parte dos que se manifestam contrários e acreditam na educação básica como forma de diminuir as desigualdades sociais e, alvo de elogios, por aqueles que acreditam nas políticas afirmativas como as cotas de inclusão para concertar o quadro de exclusão dos mais pobres, principalmente os de raça negra, no ensino superior e, conseqüentemente, diminuir a desigualdade social, que os afeta. Apesar de severas críticas, por alguns segmentos da sociedade, várias instituições federais e estaduais já adotam as cotas. A UFCG, após adesão ao REUNI, também irá adotar cotas sociais. Este trabalho teve como objetivo conhecer a opinião dos discentes do curso de Engenharia Civil da UFCG sobre o tema. Constatou-se que a maioria dos discentes são oriundos de escolas particulares, e apenas 10% caracterizam-se como negros. Eles são contrários ao sistema de cotas raciais e favoráveis as cotas sociais, porém acreditam na educação básica como forma de diminuir as desigualdades sociais e raciais.*

**Palavras-chave:** *Cotas raciais, Educação básica, Ensino superior*



## 1 INTRODUÇÃO

O sistemas de cotas, é a reserva de vagas em vestibulares, ou outros processos de admissão de alunos no ensino superior, para estudantes egressos da rede pública, ou para grupos étnicos da população formado por afro-descendentes, portadores de necessidades especiais, indígenas e filhos de policiais e de bombeiros mortos em serviço.

Segundo MIELKI *et al.* (2008), as cotas já são realidade em 20 universidades federais, o que representa mais de um terço das 53 instituições do gênero existentes no país. Além das universidades federais 19 instituições estaduais também já aderiram à política de cotas.

As primeiras universidades públicas a adotarem um sistema de cotas em seus processos de seleção foram a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no processo vestibular realizado em 2002, para ingresso em 2003. A UERJ e a UENF foram obrigadas por duas leis estaduais a instituir um sistema de cotas, a primeira lei regia que 50% dos alunos admitidos deveriam ser egressos de escolas públicas, enquanto a segunda instituía que 40% desses 50% deveriam ser negros ou pardos. Atualmente a UERJ adota, no processo de admissão, reserva de 20% de vagas para afro-descendentes, 20% para alunos oriundos das escolas públicas e 5% para portadores de necessidades especiais, indígenas e filhos de policiais e de bombeiros mortos em serviço. O sistema adotado na UERJ possui dois outros recortes, que incidem sobre os demais: o sócio-econômico e o de desempenho (MIELKI *et al.*, 2008).

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) oficialmente até o momento (2009) não adotou nenhum sistema de cotas em seus processos de admissão, porém com sua adesão ao programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) este quadro será alterado. O REUNI tem como objetivos principais criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior no nível de graduação, aumento da qualidade dos cursos e melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Sua meta global é atingir em cinco anos uma taxa de conclusão média de 90% nos cursos de graduação presenciais e uma relação de dezoito alunos de graduação por professor em cursos presenciais.

De acordo com o Regimento Geral da UFCG em seu artigo 55 reza que o ingresso nos cursos de graduação da UFCG far-se-á mediante classificação em um dos seguintes processos seletivos: concurso vestibular, transferência voluntária, ingresso de graduado, reingresso e reopção de curso. No entanto pelo artigo 60 só poderão ingressar nos cursos de graduação da UFCG, sem participar do processo seletivo vestibular, alunos estrangeiros, dentro do limite de vagas especialmente oferecidas pela Universidade, e observados os termos do convênio cultural do Brasil com seus países de origem, o que não deixa de ser um sistema de cotas.

Apesar do programa REUNI ser visto com certa cautela pelas universidades, elas estão aderindo ao programa, visto que, em contrapartida receberão recursos financeiros para melhoria e ampliação do espaço físico, bem como contratação de novos profissionais. A UFCG ao aderir ao programa lançou suas propostas, dentre elas, uma política de inclusão que visa ampliar o acesso pela via de cotas sociais, a partir de 2009.

O sistema de cotas sejam raciais ou sociais é bastante polemico, gerando grupos que advogam favoravelmente ao sistema de cotas e os contrários, cada qual com seus discursos e linhas de pensamento. Os grupos com discursos contrários entendem que deve existir uma



política voltada para a educação de base, esta seria a melhor forma de acabar com a deficiência do ensino brasileiro, tendo em vista que o sistema de cotas pode se tornar mais uma forma de discriminação contra os afros descendentes. VASCONCELOS (2007), opina que mesmo sabendo que nós brasileiros temos uma dívida de três séculos ou mais para com os negros do nosso país, é de grande urgência tomar uma atitude, mas talvez às cotas não sejam a solução.

Os discursos contrários as cotas fazem os seguintes questionamentos: será que as cotas vão resolver os problemas que os negros enfrentam no Brasil? Como teria sido a formação básica do negro que ingressou na universidade através do sistema de cotas? Quando esses negros terminarem o curso superior, quem irá garantir a sua vaga no mercado de trabalho? Serão criadas cotas para o exercício da profissão também? Tais discursos acreditam que essa dicotomia que relaciona problema social ao racismo não se acabará, possivelmente passará a existir uma dicotomia renovada, a de que o negro só tem uma formação acadêmica devido às cotas, dando início a uma nova dialética na tentativa de provar a capacidade intelectual, moral e social dos afros descendentes.

Para os defensores do sistema de cotas é inadmissível que o Brasil, que assinou tratados internacionais de integração racial, continua tendo um dos piores quadros de exclusão racial do cenário mundial. A população negra representa 47% do total da população brasileira, e existe menos de 1% de professores universitários negros nas instituições federais de ensino superior e menos de 10% de estudantes negros (RODRIGUES, 2006). Por isto, este cenário não pode ser encarado com naturalidade, já que representa um quadro ainda pior de exclusão acadêmica do que aquele vivido pelos negros na África do Sul durante o apartheid.

Opiniões favoráveis ao sistema de cotas defendem que, a exclusão social é intrinsecamente relacionada à exclusão racial, visto que a pobreza no país tem em geral, a cor negra, como afirma o Professor José Jorge de Carvalho (2006) apud Rodrigues (2006) em seu livro “Inclusão Étnica e Racial no Brasil – a questão das cotas no ensino superior”, esse estudo apresenta dados alarmantes: dos 25 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza, 70% são negros, enquanto dos 10% mais ricos, 85% são brancos e 15% são negros, segundo pesquisas oficiais. Também é apresentado que, em condições semelhantes de trabalho, existe uma defasagem salarial de 16%, em média, em relação ao trabalhador branco. Estes dados revelam de forma inquestionável a falta de oportunidades dos negros no Brasil.

Por isto entende-se que o Estado brasileiro tem obrigação de intervir para que não se perpetue esse quadro de opressão de um segmento da sociedade por outro. A postura deve ser, acima de tudo, afirmativa, é necessário que essa seja a posição adotada pelos nossos legisladores. As ações afirmativas encontram-se respaldadas diretamente na Constituição Federal, a qual prevê o direito a não discriminação e a garantia da constitucionalidade se dá também pelo objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, que é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (artigo 3º, IV da Constituição Federal de 1988).

Diante do cenário nacional nas universidades públicas brasileiras, que vem adotando políticas de cotas de inclusão em seus processos de admissão, em especial a Universidade Federal de Campina Grande que se encontra na eminência de adotar tal política após adesão ao REUNI, este trabalho teve como objetivo obter a opinião dos discentes da Universidade Federal de Campina Grande, sobre a política de cotas nas Universidades Públicas brasileiras,



bem como a avaliação da percepção dos discentes do curso de Engenharia Civil da UFCG quanto a sua identidade racial e grau de aceitação quanto a possibilidade de implantação do sistema de cotas raciais na UFCG.

## **2 METODOLOGIA EMPREGADA**

O trabalho consistiu em pesquisar a opinião dos discentes do curso de engenharia civil o qual foi desenvolvido através da elaboração de questionário contendo uma questão aberta para livre comentário onde o pesquisado poderia expor sua opinião sobre o tema e as demais de múltiplas escolhas. O questionário foi formulado com perguntas gerais e específicas abordando as principais polemicas que envolve a problemática, para isto foi necessário um aprofundamento do conhecimento sobre o assunto através de leitura em revistas, artigos científicos e de opiniões, notícias em jornais, entre outros. O tema tem sido constantemente abordado pelos meios de comunicação já que é um assunto de interesse público por afetar direto ou indiretamente um grande número de pessoas. A aplicação do questionário aos alunos do curso de Engenharia Civil foi realizada em 2009, através de correio eletrônico, aos alunos que já haviam cursado a disciplina métodos de pesquisa, em vários períodos diferentes, disciplina esta que faz parte da grade curricular do curso.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A pesquisa foi realizada no período 2009.2, em que o curso de Engenharia Civil da Universidade Federal de Campina possuía 508 discentes, dos quais 408 encontravam-se cursando disciplinas. Foram entrevistados uma amostra de 20 discentes. Para esta amostra estatisticamente comete-se um erro de 9,2% em relação à população dos 408 discentes, portanto os dados obtidos nesta pesquisa têm uma confiança de 90,8%.

### **3.1 Discussão do questionário aplicada**

Quando questionados a respeito da identidade racial, 40 % se classificaram como brancos, 35 % como pardos, 15 % amarelos, 10 % negros não sendo contabilizado nenhum indígena (Figura 1). Esses dados revelam que: a amostra caracterizou bem a miscigenação inerente ao povo brasileiro ou que os respondentes são confusos com relação a sua verdadeira raça, isto fica claro quando 15 % afirmaram serem amarelos, ou seja, de origem asiática, possivelmente estas pessoas seriam brancas ou pardas, uma vez que a docente da disciplina relatou não ter havido alunos de origem asiática em suas turmas. No entanto é notável a ausência da comunidade negra na universidade, e menor ainda a situação dos indígenas que raramente chegam a cursar o ensino superior.

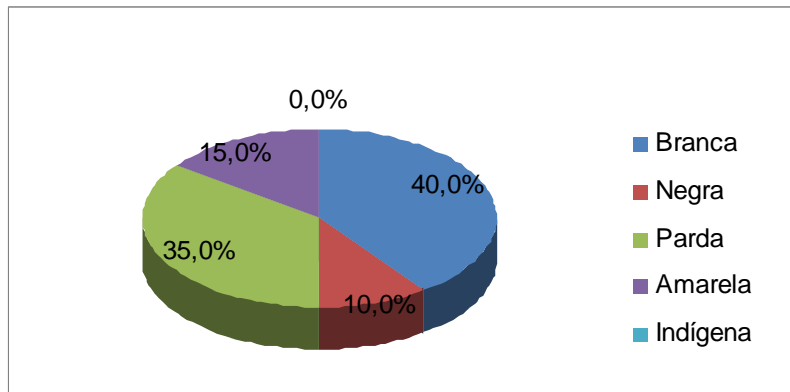


Figura 1- Percepção dos discentes da UFCG quanto a sua identidade racial

A Figura 2 apresenta resultados quanto a procedência dos alunos que estão cursando Engenharia Civil, onde 70 % tiveram sua formação básica em escolas particulares. Tal resultado sugere a ineficiência da educação básica brasileira. No entanto esse resultado pode indicar também que o curso de engenharia civil não tem tido alunos aprovados no vestibular oriundos de escolas públicas ou não tem havido demanda por este curso por alunos da rede pública. Outros cursos provavelmente teriam percentuais diferentes.

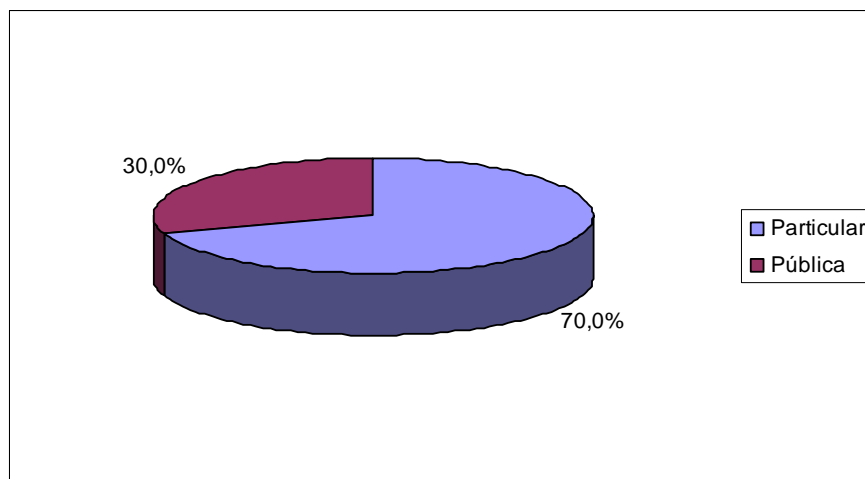


Figura 2 - Procedência na formação básica.

A Figura 3 apresenta o gráfico com os resultados referentes à opinião dos alunos quanto a aceitação do sistema de cotas raciais. Mostra-se que 85% dos pesquisados se mostraram contrários ao sistema de cotas raciais. Constatou-se que em razão de várias universidades já adotaram as cotas de inclusão, na opinião de 90 % dos discentes, estas deveriam contemplar todos os alunos oriundos de escolas públicas independentes da cor (Figura 4). As cotas sociais são aceitáveis visto que a concorrência de alunos de escolas públicas com privadas por uma vaga nas universidades públicas é considerada por alguns como desonesta, devido a má qualidade da educação pública brasileira no ensino de primeiro



e segundo grau. O sistema de cotas apenas com recorte racial foi reprovado pela maioria dos respondentes.

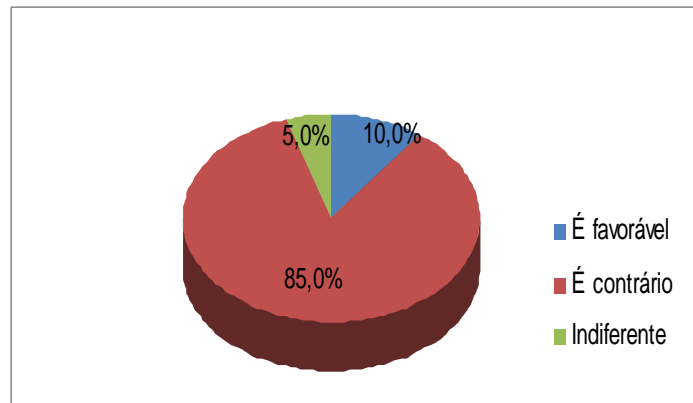


Figura 3 - Opinião a respeito da implantação do sistema de cotas raciais.

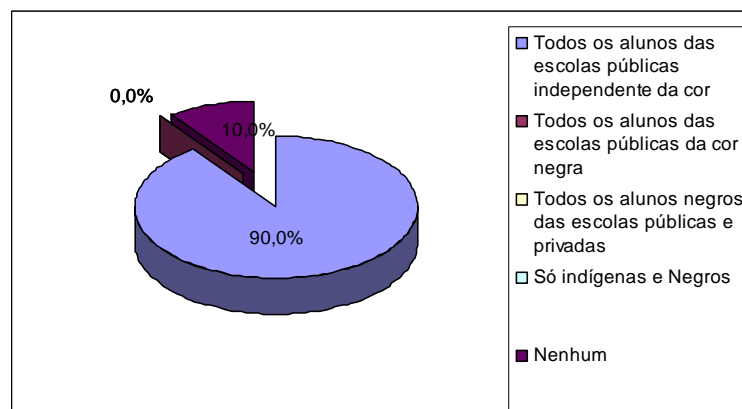


Figura 4 - Opinião quanto a grupos que deveriam ser contemplados por cotas.

Figura 5 apresenta resultados com relação a eficácia das cotas raciais em reduzir as desigualdades sociais, onde 75 % acreditam que o sistema de cotas não resolve o problema da desigualdade racial. A Figura 6 mostra que 70% dos respondentes consideraram que a inserção de um sistema de cotas raciais fará o Brasil se tornar mais racista.

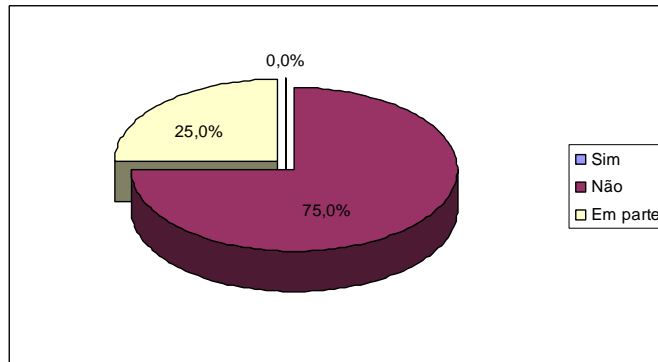


Figura 5 - Eficácia das cotas raciais na redução das desigualdades sociais.

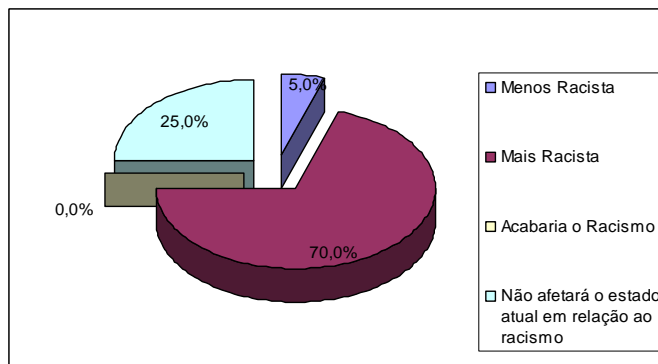


Figura 6 - Racismo no Brasil com implantação do sistema de cotas raciais.

Na opinião de 60 % dos discentes do curso de Engenharia Civil da UFCG a principal causa da quase ausência da comunidade negra nas universidades públicas brasileiras está relacionada à formação básica insuficiente. Isto ocorre devido aos membros desta comunidade estarem mais concentrados em um segmento da sociedade que usam mais da escola pública como principal meio de educação e estas não oferecem condições de ensino suficientes para darem aos seus alunos competitividade para a concorrência aos vestibulares de boas universidades públicas. Outra razão citada é que grande parte dos membros dessa comunidade não estudam por falta de incentivo, cultura, motivação e problemas econômicos, tendo que trabalhar muito cedo, ainda adolescentes, para contribuir com a renda familiar (Figura 7).

Foi quase consenso entre os respondentes que o governo ao invés de investir em sistemas de cotas de inclusão deveria investir na educação básica, assim todos teriam a mesma chance de ingressar em uma universidade pública. Investir na educação básica na visão de 85 % dos entrevistados é a ação mais eficaz para diminuir as desigualdades raciais, além disso, o sistema de cotas se configura como medida paliativa, análogo a construir uma casa começando pelo telhado, pois é extremamente necessária a mudança nos padrões da educação básica Brasileira (Figura 8).

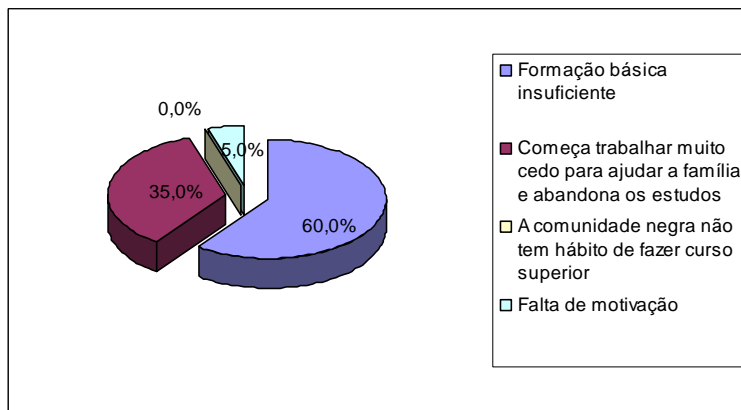


Figura 7 - Razões da ausência da comunidade negra nas universidades públicas.

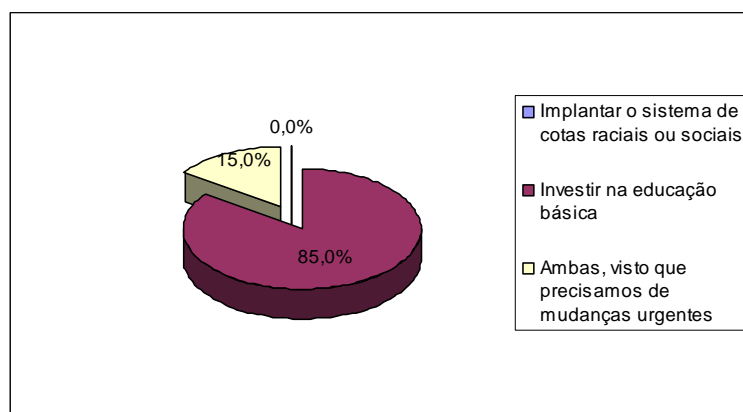


Figura 8 - Ação eficaz para diminuir as desigualdades raciais.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos discentes do Curso de Engenharia Civil se classifica como branco, porém esta maioria não é expressiva, apenas 40%, negros somam 10% e os demais se classificam como pardo ou amarelo não sendo encontrado nenhum indígena. Dos discentes entrevistados 70% são oriundos de escolas particulares, o que já era esperado devido a dois fatores, o primeiro é que cursos como Engenharia, Medicina e Direito tradicionalmente são cursados por pessoas de maior poder aquisitivo, e o segundo seria a ineficiência da educação básica brasileira, dificultando o ingresso de alunos de escolas públicas nestes cursos.

Os discentes são contrários ao sistema de cotas raciais, acreditando que este não é o caminho para a diminuição das desigualdades sociais e raciais no País e que o sistema de cotas raciais aumentaria o racismo no Brasil. Porém são favoráveis as cotas sociais que abrange todos os alunos de escolas públicas independentes da cor ou raça. Eles consideram que este sistema é bastante justo, pois existe uma disparidade na formação educacional entre o aluno da escola pública e privada tornando a disputa por uma vaga no ensino superior desigual. É importante ressaltar que qualquer sistema de cotas só deveria existir até o





momento em que as desigualdades, sejam sociais ou raciais sejam sanadas. Ou seja, a adoção de cotas deve ter um período de tempo limitado e deve ser usado concomitantemente a outras ações que venham realmente a agir na causa do problema.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1.0 MIELKI, A. C.; BIONDI, A.; HAMMES, D.; ROSSI, A. **Cotas Avançam nas Universidades Públicas de Norte a Sul do País**. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/revista/43/r43a01.pdf>> Acesso em: 08 maio 2009.

2.0 RODRIGUES, Carolina Augusta de Mendonça. SEMINÁRIO – “O SISTEMA DE COTAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS” . **O Princípio da não-discriminação como objetivo fundamental do Estado brasileiro e a atuação da AGU**. Disponível em: <<http://www.escola.agu.gov.br/hemeroteca/cotas-carolina.pdf>> Acesso em: 08 maio 2009.

3.0 VASCONCELOS, Roniclay. **Cotas para Negros nas Universidades do Brasil**. UEPB/CEDUC. Campina Grande – PB. 2007. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=75>> Acesso em: 25 marc. 2009.

## ACCESS OF STUDENTS IN THE PUBLIC UNIVERSITIES THROUGH THE SYSTEM OF QUOTAS

**Abstract:** *The system of quotas is reservation of vacancies for ethnic groups of the population in the Brazilian public universities. This system receives several critics on the part of people that are contrary and that believe in the basic education as a form of reducing the social inequalities. On the other hand, there are some that praise it in reason of believing in the affirmative politics as the quotas of inclusion as a remedy to the exclusion of the most poor, mainly the ones of black race, to the higher education and consequently, reduce the poverty that affects them. In spite of severe critics, 39 federal and state teaching institutions has already adopted the quotas. The UFCG after adhesion to the REUNI, will also adopt social quotas. This research had the objective of knowing the opinions of students of UFCG-Civil Engineering concerning the theme. It was verified that most of the students is originating from of private schools, and only 10% consider themselves black. The students are contrary to the use of racial quotas and favorable to the system of social quotas. However, they believe in the basic education as a form of reducing the social and racial inequalities.*

**Key-words:** *Quotas for races, Basic education, higher education*